

GT 5. Lutas sociais urbanas

As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula

Emília de Fátima Miterofe Gonçalves*
Gabrielle Gomes Ferreira*

Resumo: O período da ditadura militar no Brasil estabeleceu modificações na organização política, econômica e social do país, ficando marcado como um período de transição condicionado por significativas mudanças na sociedade e que atingiram de forma massiva o conjunto da classe trabalhadora. As lutas sociais se fizeram urgentes e necessários a fim de assegurar direitos a classe trabalhadora, no entanto após os ganhos obtidos por meio dessas lutas, a vitória do Presidente Lula oriundo da classe trabalhadora, que parecia ser a vitória de toda a classe, fez retroceder conquistas, mantendo-se a ordem vigente. Por meio da cooptação de importantes segmentos, como os movimentos sociais, da alienação e do conformismo a lógica cruel do capitalismo tem se mantido e as lutas sociais ainda que fragmentadas são necessárias diante a constante ofensiva.

Palavras-chave: Lutas Sociais; Ditadura; Governo Lula; Movimentos Sociais; Classe Trabalhadora; Direitos.

* Universidade Federal Fluminense, Assistente Social, emiterofe@gmail.com

* Universidade Federal Fluminense, Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Desenvolvimento Regional -UFF, asgabrielleferreira@gmail.com

I- A ditadura militar no Brasil e a luta dos movimentos sociais

A história política do Brasil do final da década de 1970 a meados da década de 1980, ficou marcada como um período de transição decisiva para a política do país, condicionada por significativas mudanças na sociedade brasileira. O período da ditadura militar no Brasil estabeleceu um regime alinhado politicamente aos centros do imperialismo e acarretou profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. De acordo com Netto (2007), a sucessão de golpes de Estado que se instalava pelo mundo, eram o

[...] sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma *contra-revolução preventiva* em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social). (NETTO, 2007. p. 16)

O governo militar teve o apoio da Igreja católica, o que foi providencial para a concretização do golpe. Essa participação da igreja se deu, fundamentalmente, para combater a ameaça do comunismo e o crescimento dos movimentos de esquerda no país, durante a década de 1960. Essa mobilização da Igreja foi acompanhada por distintos setores da sociedade brasileira, que se aliaram ao regime, por temerem a desordem e a desintegração social.

Estas “contra-revoluções”, como chama Netto (2007), tinham como finalidade adequar o desenvolvimento nacional ao quadro internacional, marcado pelo aprofundamento da internacionalização do capital; frear a resistência popular contra o capitalismo e acabar com as possíveis tendências que podiam caminhar para revoluções socialistas.

No Brasil, durante o regime militar, houve uma recuperação econômica e as taxas de crescimento no país chegaram a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) ao ano, caracterizando o que se chamou de milagre econômico, que teve como base a significativa entrada de capital externo no país. Neste processo, o Brasil entra, de forma concreta, em um processo de industrialização que, ampliou a concentração de renda no país e elevou a desigualdade social, pois a maioria da população do país não desfrutava desse “milagre” da economia. De acordo com Pereira (2008), os governos militares

[...] realizaram ações em todo âmbito da vida social – do econômico ao político e cultural – com objetivo de criar condições necessárias ao florescimento do setor privado, nacional e imperialista. Isto significava, de um lado, proporcionar a máxima extração de mais-valia absoluta e relativa da força de trabalho assalariada industrial e agrícola, com forte arrocho salarial – congelamento dos salários e queda do seu valor

real. O congelamento salarial foi possível graças a uma eficaz política de controle da força de trabalho, seja com bruta violência estatal – a proibição de manifestações e greves – seja com a criação de uma profunda insegurança no emprego [...]. (PEREIRA, 2008. p. 109)

Este desenvolvimento econômico foi acompanhado por uma forte repressão política, marcada por prisões, interrogatórios, torturas e censura. Repressão, justificada pela necessidade de se manter a estabilidade política e a segurança do país, frente aos considerados suspeitos de oposição ao regime, comunistas e simpatizantes.

Assim, há uma enorme desmobilização da sociedade civil, perseguição, exílio e morte de pessoas que tinham participação política e os movimentos sociais passam a se reunir e a agir clandestinamente.

Neste período, o discurso do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, tinha como lógica a “teoria do ‘crescimento do bolo’, isto é, a tese de que era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios do desenvolvimento.” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007 *apud* PEREIRA, 2008. p. 110).

No entanto, o bolo cresceu, mas não foi dividido! No final da década de 70, na passagem do governo Geisel para o governo Figueredo, a ditadura já dava passos em direção ao seu fim. Com a crise econômica, que aumentou a inflação, diminuiu o crescimento econômico e aumentou ainda mais a pobreza do país, boa parte da população passa a não confiar mais no governo.

A diminuição da censura no país favoreceu o aparecimento de escândalos de corrupção no governo, diminuindo ainda mais o apoio da população aos governos da ditadura. A classe média brasileira e parte da Igreja católica passaram a não apoiar mais a intervenção militar no país e o regime ditatorial passou a ser contestado por um conjunto mais amplo da sociedade. Neste contexto, o regime da ditadura tornou-se acuado pela crise e pela contestação popular, que estava se organizando.

É importante entender que em todo o período da ditadura a oposição democrática estava presente. No entanto, é a partir de meados da década de 70 que a luta política brasileira toma força, pois neste momento a mobilização era construída por movimentos sociais de base, tais como os sindicatos, os grupos feministas, parte das igrejas, os movimentos feministas, as associações de moradores, os comitês de defesa dos direitos humanos.

Neste período, a Igreja católica passa por um período de grande mudança. Através da teologia da Libertação começa a refletir a opressão social e as injustiças sociais. Este movimento tornou-se fundamental para a organização dos movimentos sociais na década de

80, pois muitos destes nasceram a partir das CPT (Comissões Pastorais da Terra) e das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) católicas.

Neste contexto, segmentos da burguesia descontentes com o regime, aglutinam uma frente de oposição que, com a reinserção dos movimentos populares, na cena política, “por meio da mobilização dos operários metalúrgicos do cinturão industrial de São Paulo (O “ABC Paulista)” (NETTO, 2007. p. 149), ganha profundidade e qualidade. Os movimentos sociais então, passam a irromper na cena pública, reprimida por um longo período, reivindicando direitos, a começar pelo direito a reivindicar seus direitos (SADER, 2001.p.26) e colocam na agenda de reivindicações mudanças políticas e sociais.

A partir de então, a ditadura militar no Brasil, foi experimentando derrotas até que, em 1985, com a vitória no Colégio eleitoral de Tancredo Neves, sofreu um declínio derradeiro.

Netto, em uma passagem do seu texto, afirma que:

[...] a primeira metade dos anos 80 assistiu à irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares reprimidas por longo tempo. A mobilização dos trabalhadores urbanos, com renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização de suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo associação de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, “minorias”, etc); a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo dos setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da Igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais. (NETTO, 2007. p. 149)

A emergência dos movimentos sociais neste contexto apresenta-se como um dos determinantes que marca, certamente, a transição desta história política. Os movimentos sociais que entraram em cena neste período criaram condições para o exercício da democracia na sociedade brasileira, no entanto, esta mobilização não se estendeu a totalidade da classe trabalhadora.

Neste período, os sujeitos que compõem os movimentos sociais, segundo Sader (2001), apresentam-se como “novos sujeitos” sociais e históricos, que possuem novos padrões de ação coletiva e rechaçam a política constituída tradicionalmente, refletindo sobre as questões que fazem parte do cotidiano e inventando novas formas de fazer política.

Para Pinto (2005) estes movimentos tinham algumas características comuns que os qualificavam com caráter inovador. Assim, estes novos movimentos sociais, veiculam profundas críticas às condições de vida e propõem mudanças nas relações políticas e sociais.

Esses sujeitos políticos passam a valorizar as suas lutas e a se reconhecer nelas. As conquistas, mesmo que com pequenas lutas, trazem uma reflexão crítica ao trabalhador: este sente que a conquista também é dele, em conjuntos com outros, também trabalhadores. Essas lutas fazem com que, comece a emergir na sociedade brasileira, um novo sujeito coletivo com visibilidade pública (SADER, 2001).

Neste contexto, o espaço da sociabilidade é ampliado, surgindo assim, uma interação com os desconhecidos, porém, reconhecidos como futuros integrantes dos movimentos sociais. Esta interação também marca "a diferença entre os iguais" (CHAUÍ, 2001) na questão do saber e o processo de aprendizado realizado entre os mesmos, onde havia, sem dúvida, uma imensa solidariedade entre todos.

II – Conjuntura e expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade e seus rebatimentos na luta dos movimentos sociais.

II-I- A crise capitalista da década de 1970 e suas transformações no mundo do trabalho.

A partir da década de 1970 do século XX, o sistema capitalista mundial passa a apresentar um quadro de longa e profunda crise de superprodução, com tendência ao subconsumo.

Diante deste quadro, a burguesia elabora um diagnóstico e posteriormente, articula estratégias para garantir a recuperação da taxa de lucro. Até este momento, o capital estava pautado no "padrão fordista" de produção fabril, na lógica taylorista de organização do trabalho" (ANTUNES, 1996, p.79) e na política Keynesiana de pleno emprego e proteção social, expressa no Welfare State. Sua substituição pelo regime de acumulação flexível constitui parte das estratégias burguesas para enfrentar a crise.

A reestruturação produtiva significou um amento de introdução de tecnologia, com o advento da inovação tecnológica (como a robótica, a automação e a eletrônica), por meio do qual, o trabalho vivo é substituído gradativamente pelo trabalho morto. Nesse sentido, surgem novos processos de trabalho "onde o cronômetro e a produção em série e de massa são 'substituídos' pela flexibilização da produção, pela 'especialização flexível', por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado." (ANTUNES, 1999, p. 16)

Outra estratégia do capital para enfrentar a crise é a financeirização da economia, que tem como objetivo a diminuição do investimento no setor produtivo e o reordenamento dos investimentos para o setor monetário. O capital se volta para o setor financeiro, obtendo um crescimento especulativo da economia. Neste tipo de acumulação, a circulação não gera valor, pois o valor só pode ser criado na produção, como afirma Iamamoto (2008).

Do ponto de vista ideológico, a burguesia difunde intensivamente as suas teses conservadoras, denominadas de ideologia neoliberal, que afirmam uma concepção de humanidade competitiva e empreendedora, orientada por uma noção de "liberdade", a liberdade de mercado.

Como consequência destes processos, ocorre um enorme desmonte das políticas públicas e um aumento das privatizações e da mercantilização dos serviços. Configura-se, assim, um forte ataque aos direitos sociais, conquistados pela classe trabalhadora, pois "um sistema de produção flexível supõe direitos de trabalho também flexíveis, ou de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos de trabalho". (ANTUNES, p.81, 1996)

Estas transformações trazem como consequência o aprofundamento da desigualdade social, fruto do desemprego e da precarização do trabalho nas mais diversas formas de contratação, tais como: os subcontratados, os temporários, o trabalho feminino de dupla jornada. Isso dificulta cada vez mais a organização da classe trabalhadora, onde o Estado possui papel fundamental na garantia desse modo de dominação.

Somam-se a essa, "outras transformações, que também atingiram o núcleo da classe trabalhadora" (ANTUNES, 1996. p. 82). Antunes toma como exemplo o fim do leste Europeu em 1989, difundido pelo pensamento dominante e assimilado por muitos trabalhadores como o fim do socialismo, trazendo aos mesmos um sentimento de descrédito na possibilidade de transformação da sociedade.

II.II - Particularidades do neoliberalismo no Brasil e seus rebatimentos nos movimentos sociais.

Como vimos anteriormente, com a crise dos anos 70, a burguesia elabora e implementa estratégias para restabelecer a sua taxa de lucro. O processo de neoliberalização do Estado brasileiro se deu a partir da gestão dos governos de Fernando Collor (1990 – 1992) e Itamar Franco (1990 – 1992), foi consolidado na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) e aprofundado na gestão de LULA (2003 – 2010).

No final dos anos de 1980 – ancorada numa aliança entre várias frações da burguesia nacional, para que se garantisse a lucratividade e o projeto burguês de sociabilidade (LIMA, 2007), que o presidente Fernando Collor de Melo e seu vice, Itamar Franco, são eleitos, com base numa campanha de “moralização política”. A partir de então, as portas se abrem para a entrada do neoliberalismo no Brasil e esses governos seguem com primazia a cartilha ditada no Consenso de Washinton para a implementação do projeto neoliberal no 3º mundo.

Outra marca desse período é o refluxo enfrentado pelos movimentos de enfrentamento da classe trabalhadora. A burguesia contou com a burocracia sindical neoliberal, a Força Sindical, que além de apoiar as propostas do governo, como a reforma administrativa, o fim da estabilidade dos servidores, a privatização da previdência e a flexibilização geral da legislação trabalhista, teve como sua a proposta inicial do Contrato Temporário de Trabalho.

Com as denúncias de corrupção ao então presidente Collor de Melo, através da reaglutinação de alguns movimentos sociais e sindicais, em 1992 ocorre o *impeachment* e o vice presidente Itamar Franco ocupa o cargo. No entanto, a presidência muda, mas o projeto de sociedade continua o mesmo, pois Itamar não rompe com a lógica neoliberal instaurada no Brasil no governo de seu antecessor e os movimentos sociais que passavam por um processo de reaglutinação não conseguem seguir na luta contra o plano político e econômico que estava sendo instaurado.

Sendo assim, a implementação da estratégia neoliberal no Brasil sai vitoriosa trazendo como consequência um enorme quando de miséria e concentração de renda.

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil já possuía um terreno sócio-econômico estruturado para as propostas neoliberais, posto que o trabalho passa a ser mais precarizado e há uma enorme restrição da amplitude dos serviços públicos.

Ao final de seu mandato, a conjuntura encontrava-se ainda mais devastadora para a classe trabalhadora do que ao final dos governos Collor e Itamar. Além de políticas que desregulam os direitos sociais, este governo também é marcado por uma forte repressão aos movimentos sociais e sindicais combativos.

Com a vitória de Lula, no ano de 2002, para a presidência do país, o então presidente foi considerado por parte da classe trabalhadora, como um representante dos trabalhadores no poder. Essa vitória eleitoral expressa a crítica de parte população brasileira aos sucessivos governos neoliberais e a esperança na possibilidade de mudanças substanciais na conjuntura nacional.

No entanto, o crescimento eleitoral que o PT (Partido dos Trabalhadores) obteve a partir dos anos de 1990, afastou o partido do cotidiano das lutas e do seu papel desempenhado na década de 80, de organização da classe trabalhadora. Sendo assim, o então presidente petista, não cumpre as suas promessas de campanha e, ao contrário, dá continuidade às políticas neoliberais implementadas pelo presidente que o antecedeu, FHC.

Entretanto, não se pode ignorar que no governo do presidente Lula, houve algumas mudanças na implementação das políticas sociais que resultaram em pequenas melhorias para a parte mais empobrecida da classe trabalhadora. Essas mudanças, como as políticas assistenciais compensatórias, que tem o programa Bolsa Família como exemplo, fazem parte das estratégias traçadas pela burguesia para reverter a crise, pois como Vieira demonstra em seu trabalho,

Lula em sua posição de “presidente dos pobres”, implementou uma novidade, ou pelo menos fez parecer que havia criado algo novo. As políticas assistenciais focalizadas para os segmentos mais pauperizados da população são, na verdade, umas das metas traçadas no Consenso de Washington, realizado em 1993, que definiu as bases das políticas sociais segundo o ideário neoliberal. No Brasil, o governo de FHC já havia instituído programas sociais desse tipo, mas Lula foi capaz de dar a sua feição às políticas compensatórias ao alívio emergências da pobreza. (VIEIRA, 2010. p. 75/76)

Mesmo com essas medidas, a estrutura da concentração de renda na sociedade brasileira permanece a mesma. Porém, as condições de vida das pessoas atendidas por estas políticas se modificou, mesmo que de forma extremamente paliativa, o que fez com que esta camada da sociedade, passasse, também, a apoiar o governo. A esse respeito Badaró nos mostra que o governo Lula ampliou as:

[...] políticas focalizadas para um patamar de massas, com o programa Bolsa Família. O programa, voltado para famílias com renda per capita mensal média de R\$ 120, atende hoje a mais de 10 milhões e 500 mil famílias, num total 15 milhões e 700 mil famílias cadastradas. Ou seja, mais de 45 milhões de pessoas (quase 24% da população total do país) são diretamente atingidas por uma política de governo que deposita mensalmente um benefício que varia entre R\$ 20,00 e R\$ 182,00. Um fator nada desprezível a explicar os elevados índices de popularidade do governo e a forma como Lula foi eleito em seu segundo mandato, invertendo a votação tradicional que caracterizava a sua candidatura (antes recebia mais votos nas grandes cidades e no Sul – Sudeste, em 2006 cresceu nas pequenas cidades no interior e no nordeste). (MATTOS, 2009, p. 19)

Outra característica que marca o governo de Lula é a participação das lideranças dos movimentos sociais nos espaços institucionais. Esta inclusão foi realizada pelo governo, para que se pudesse cooptar os mesmos, fazendo com que os movimentos não tenham uma visão crítica ao governo.

No entanto, ainda existem alguns setores dos movimentos sociais que continuam resistindo, como CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), e ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre), Intersindical, etc, entidades que organizam trabalhadores e estudantes para a luta frente às políticas implementadas pelo governo.

III- Breves Considerações

Diante os fatos, o que se pode perceber, é que o governo Lula consegue conter a parcela mais mobilizada da classe trabalhadora e a aprovação das camadas mais pobres, para que assim possa desenvolver no plano político, medidas que nada tem de comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, classe a qual diga-se originou-se o presidente em questão.

Pelo contrário, nesse governo, o que se encontra é uma servidão ao capital, com inúmeros ataques aos direitos da classe trabalhadora, para que mantenha a hegemonia burguesa. Neste sentido diante de todas as lutas e mobilizações travadas, desde a ditadura até os tempos atuais, o que se tem em um enorme retrocesso e destituição de direitos.

Especificamente nesse governo, além das dificuldades de ampliação da luta em favor da construção de uma sociedade socialista, de igualdade para todos, existe uma melhoria de vida das camadas sociais mais pauperizadas, o que leva a mesma a um conformismo. Outro determinante que se conjuga, ao citado anteriormente, é a cooptação dos movimentos, que ao acreditarem no governo, participam de espaços institucionais, para que suas demandas sejam minimamente atendidas.

Os movimentos sociais que tiveram sua ascensão na década de 1980, na luta por direitos dos diversos segmentos sociais ditos minorias e também da classe trabalhadora, são cooptados para dar respostas as novas e mais urgentes exigências do capital. Perdem sua característica reivindicatória e se institucionalizam, dando respostas que vão de encontro aos interesses da ideologia dominante, por meio de incentivos (em geral financeiros e em contrapartidas) as suas práticas na “luta” por direitos sociais.

A eleição do ex-líder sindical que parecia abrir as portas para uma mudança na história política nacional apenas revelou ser capaz de dar respostas a burguesia, que via em sua vitória a possibilidade de saída da crise do capital, atrelhando-se a mecanismos e grupos internacionais e obtendo o consenso e conformismo dos trabalhadores, destituindo assim os direitos já alcançados por esta classe.

Perante um quadro de ditas reformas e contra-reformas, de um forte ideário neoliberal, de uma "falsa" ideia de desenvolvimento, de privatizações, flexibilizações e transformações no mundo do trabalho, observa-se que a intensa ofensiva aos trabalhadores persiste, ainda que com outras características.

Estas características visam uma constante alienação, que desmobiliza e fragmenta as lutas sociais, fazendo com que a classe trabalhadora não se perceba enquanto uma mesma classe. Separam-se homens e mulheres, negros e brancos, classe média daquelas mais pauperizados e até por níveis de instrução e formação, culpabilizando-se por uma lógica meritocrática e individualizada todos aqueles que não alcançam o "sucesso" dentro da competitividade imposta pelo capitalismo.

A fragmentação da coletividade é a chave mestra para a manutenção deste sistema. As lutas sociais assistidas desde a ditadura até os dias atuais são abafadas em meio aos ataques (que existem mesmo que de formas sutis) a classe trabalhadora que ainda tenta se organizar.

Seja por meio de políticas públicas de transferência de renda, de programas de combate a fome e de moradia, o que se observa é que a grande massa da população, que vivia em condições de extrema pobreza, tem conseguido ao menos se alimentar, o que gera de fato um enorme conformismo e uma falsa imagem de melhoria da qualidade de vida e acesso aos serviços.

Desta forma o sistema vigente vai perpetuando e mantendo-se no poder, almejando desmobilizar as lutas com uma falsa ideia de crescimento econômico e social, parализando assim grupos que antes incorporavam a luta por direitos e que agora não se percebem parte deste processo.

O governo Lula que sai vitorioso, e entra no poder com um possível gostinho de mudança para os trabalhadores, mostra em suas atitudes nada mais do que produzir e reproduzir condições favoráveis para perpetuação de uma lógica perversa e desigual, onde mais uma vez quem sofre diretamente as inflexões deste cenário é a classe trabalhadora.

IV- Referências

ANEL ONLINE. "*Nossa História*". Disponível em <http://www.anelonline.org/?page_id=17> Acesso em 13 de novembro de 2011.

ANTUNES, Ricardo. "*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*". 6ª Edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *"Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. In Serviço Social e Sociedade"*. N 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ARAÚJO, José Prata. *"Brasil do Liberalismo ao Neoliberalismo"*. In: Manual dos Direitos Sociais da População; as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais. Belo Horizonte/MG: O Lutador, 1998. Disponível em <http://conscienciafiscal.mt.gov.br/arquivos/A_32a6b23c9d91436eb045ccd33a1cf68fModuloIICadernobrasildoLiberalismoaoneoliberalismo.pdf> Acesso em 04 de Novembro de 2011.

BEHRING, Elaine; BOSCHETT, Ivanete. *"Política Social: fundamentos e história"*. 2ª Edição - São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. *"Projeto Ético Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o Debate"*. In MOTA, A. E. et al. (Orgs.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, ABEPSS, Ministério da Saúde, OPAS, OMS; 2006.

CSP – Conlutas. *"História"*. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>> Acesso em 13 de novembro de 2011.

HARVEY, David. *"A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX"*. In: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *"A Questão Social no Capitalismo"*. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001

_____. *"As Dimensões ético Políticas e Teórico metodológicas no Serviço social Contemporâneo"*. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, ABEPSS, Ministério da Saúde, OPAS, OMS; 2006.

_____. *"Serviço social em tempo de capital fetiche; capital financeiro, trabalho e questão social"*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Kátia. *"Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula"*. 1ª Edição – São Paulo: xamã, 2007.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. *"Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos trabalhadores Sem Teto (MTST)"*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese (Doutorado .em Planejamento Urbano e Regional), 2004.

_____. *"Movimentos Sociais e a Cidade: Determinantes e Condicionais da Ação Coletiva na Atualidade"*. In: *Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho*. 1ª edição – Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *"Manifesto do Partido Comunista"*. Edição Eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1978. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>> Acesso em 17 de Agosto de 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao Refluxo: Ensaio de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. 1ª Edição – Rio de Janeiro: vício de Leitura, 2009.

Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. *Quem Somos*. Disponível em <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>> Acesso em 20 de Outubro de 2011.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 11ª Edição – São Paulo: Cortez, 2007.

_____; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 2ª Edição – São Paulo: Cortez, 2007;

_____. "Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão". In: *Serviço Social e Sociedade*. N. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, Larissa Dahmer. *Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. 1ª Edição – São Paulo: Xamã, 2008.

PINTO, Marina Barbosa. *Os movimentos Sociais e a Construção da Cidadania*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, ICHF/UFF – Niterói, 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. 4ª edição – São Paulo: Paz e Terra, 2001."

Teologia da Libertação. *Teologia da Libertação na visão de Frei Betto*. Disponível em <<http://historiadores.skyrock.com/1785389330-TEOLOGIA-DA-LIBERTACAO-NA-VISAO-DE-FREI-BETTO.html>> Acesso em 20 de Outubro de 2011.

VIEIRA, Rafaela. *O PT e os Movimentos Sociais: da autonomia à cooptação*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Serviço social, ESS/UFF – Niterói, 2010.